



SIMULADO FINAL

BNDES

Analista - Profissional Básico
Direito – Pós-Edital

Simulado

Simulado Final BNDES (Analista - Profissional Básico - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista - Profissional Básico - Direito do BNDES**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/8w2P43MQxxjwvG4B6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

O crédito rural desempenha um papel fundamental na sustentabilidade e no desenvolvimento dos pequenos produtores no Brasil. Esses agricultores, muitas vezes, enfrentam dificuldades para obter recursos financeiros suficientes para investir em tecnologias, insumos e infraestrutura que aumentem a produtividade de suas lavouras e permitam a competitividade no mercado. Nesse contexto, o crédito rural surge como uma solução indispensável, oferecendo acesso a financiamentos que possibilitam a modernização e a expansão das atividades agrícolas.

Para os pequenos produtores, o crédito rural representa mais do que uma simples ferramenta financeira. Ele é um meio de garantir a sobrevivência e o crescimento de suas propriedades. Com esses recursos, eles podem adquirir maquinário, sementes de melhor qualidade, fertilizantes, além de investir em práticas agrícolas mais sustentáveis. Isso não só aumenta a produção, como também melhora a qualidade dos produtos, permitindo que os pequenos produtores obtenham melhores preços no mercado e, conseqüentemente, melhorem sua renda.

Além disso, o crédito rural também desempenha um papel crucial na inclusão social e econômica. Muitas famílias dependem da agricultura para sobreviver, e o acesso ao crédito facilita a permanência dessas pessoas no campo, evitando o êxodo rural. Ao fomentar o desenvolvimento das pequenas propriedades, o crédito contribui para a geração de empregos e para o fortalecimento das comunidades rurais, impulsionando a economia local.

Contudo, é importante que as políticas de crédito rural sejam bem estruturadas e acessíveis, de modo a atender às reais necessidades dos pequenos agricultores. A simplificação dos processos burocráticos e a criação de condições de pagamento adequadas à realidade do campo são essenciais para garantir que o crédito rural alcance seu objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão dos pequenos produtores.

Em suma, o crédito rural é um motor essencial para o progresso do setor agrícola entre os pequenos

produtores, gerando impacto positivo na economia e na qualidade de vida no campo.

- 01.** Sobre a progressão textual estabelecida acima, assinale a alternativa que não é correta:
- a) O texto inicia com uma contextualização precisa sobre a importância do crédito rural, especialmente para os pequenos produtores, situando o leitor no tema de maneira direta. Isso facilita a compreensão do problema e destaca a relevância do crédito rural como um meio de desenvolvimento sustentável no setor agrícola.
 - b) O texto apresenta uso adequado de conectores como “nesse contexto”, “além disso” e “contudo”. Esses elementos ajudam a manter a fluidez entre as ideias, evitando que o texto fique fragmentado, além de guiar o leitor na construção lógica dos argumentos.
 - c) O corpo do texto detalha de maneira prática os benefícios do crédito rural, como a compra de insumos, equipamentos e a possibilidade de aumentar a produtividade. Ao exemplificar de forma concreta os impactos positivos, o texto solidifica a argumentação e torna mais fácil para o leitor entender a aplicação do crédito rural no cotidiano dos pequenos produtores.
 - d) O texto traz uma abordagem em que opõe dois pontos cruciais do crédito rural: o impacto econômico (melhoria de produção e renda) e o impacto social (evitar o êxodo rural e fomentar a inclusão social)
 - e) O parágrafo final retoma a ideia central do texto — a importância do crédito rural como fator de desenvolvimento e inclusão para os pequenos produtores. Essa conclusão reafirma os pontos principais discutidos ao longo do texto, consolidando a argumentação de forma coesa e eficaz.

02. Isso não só aumenta a produção, como também melhora a qualidade dos produtos

A relação entre as duas orações presentes acima é de:

- a) alternância
- b) causalidade
- c) comparação
- d) condição
- e) adição.

03. O principal recurso argumentativo empregado no texto para defender os impactos sociais positivos do crédito rural é:

- a) Utilização de dados estatísticos sobre o aumento da renda dos pequenos produtores.
- b) Apelo à autoridade de especialistas no setor agrícola.
- c) Descrição de exemplos históricos do uso do crédito rural no Brasil.
- d) Relato de experiências pessoais de pequenos produtores que obtiveram sucesso.
- e) Explicação de como o crédito rural contribui para evitar o êxodo rural e fomentar a inclusão social.

04. A respeito das regras de concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- a) O crédito rural, ao fornecer recursos financeiros acessíveis e de longo prazo para os pequenos produtores, torna-se um instrumento indispensável não apenas para aumentar a produtividade agrícola, mas também para fomentar a modernização das práticas no campo e garantir a permanência das famílias nas zonas rurais, evitando o êxodo para os centros urbanos.
- b) A concessão de crédito rural com taxas de juros reduzidas e prazos estendidos de pagamento contribuem significativamente para que os agricultores de menor porte consigam investir em tecnologias que aumentem sua eficiência produtiva, permitindo, assim, que seus produtos alcancem mercados mais competitivos e rentáveis.
- c) A expansão do crédito rural voltado aos pequenos produtores têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico regional, uma vez que os recursos aplicados nas propriedades rurais revertem-se em geração de emprego.
- d) Em um cenário em que a sustentabilidade se torna cada vez mais importante para o futuro da agricultura, o crédito rural, quando direcionado a iniciativas que priorizam práticas agrícolas sustentáveis, como a rotação de culturas e o uso racional de recursos naturais, podem se converter em um poderoso aliado na preservação ambiental e no combate à degradação do solo.
- e) Embora o crédito rural ofereça inúmeras vantagens para o pequeno produtor, é fundamental que o processo de obtenção seja simplificado e desburocratizado, garantindo que os recursos cheguem de maneira rápida e eficiente a quem mais precisam, evitando, assim, que a falta de acesso a financiamento comprometa o desenvolvimento de comunidades inteiras que dependem da agricultura para sua subsistência.

05. Sobre o emprego dos sinais de pontuação, assinale a alternativa incorreta.

- a) O crédito rural, ao proporcionar condições mais favoráveis de financiamento para os pequenos produtores, desempenha um papel crucial na democratização do acesso a recursos tecnológicos que, de outra forma, estariam fora do alcance.
- b) A implementação de políticas públicas que ampliem o acesso ao crédito rural é essencial para garantir a continuidade das atividades produtivas de pequenos agricultores, já que, sem esse suporte financeiro muitos deles não teriam condições de investir em melhorias que assegurem a qualidade dos produtos e a competitividade no mercado.
- c) O crédito rural voltado para pequenos produtores deve ser acompanhado de programas de capacitação técnica e assistência especializada, de modo que o investimento realizado tenha um impacto mais significativo, permitindo não apenas o aumento da produção, mas também a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e eficientes.
- d) A concessão de crédito rural, especialmente em regiões mais carentes de infraestrutura e apoio governamental, tem o poder de transformar realidades socioeconômicas, uma vez que proporciona meios para que os agricultores desenvolvam suas propriedades.
- e) Apesar das iniciativas de crédito rural serem essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar, é preciso que as instituições financeiras e os governos trabalhem em conjunto para criar mecanismos que tornem o acesso a esses recursos mais ágil e menos burocrático.

06. Contudo, é importante que as políticas de crédito rural sejam bem estruturadas e acessíveis, de modo a atender às reais necessidades dos pequenos agricultores.

A relação entre a segunda oração e a primeira, no período acima é de:

- a) concessão
- b) adversidade

- c) finalidade
- d) condição
- e) conclusão

07. Em relação às regras de colocação pronominal, assinale a alternativa que apresenta desvio.

- a) O crédito imobiliário se tornou uma alternativa viável para quem deseja adquirir a casa própria, mas não possui todo o valor à vista.
- b) Se as taxas de juros forem reduzidas, o crédito imobiliário se pode tornar ainda mais atrativo para a população de baixa renda.
- c) Os quatro chegaram ao quarto dela minutos antes de mim. Encontrei-os sob o impacto do que ali viram.
- d) O mercado imobiliário sempre aquece-se quando há maior oferta de crédito com condições vantajosas para os compradores.
- e) Aqui, esboçar-se-ia uma nova forma de conseguir crédito rural.

08. As regras de concordância nominal estão corretas em:

- a) As pesquisas voltadas para a cura de doenças e a procura por soluções para os problemas ambientais foram publicados ontem.
- b) A expansão dos centros de pesquisa e o apoio às universidades públicas são constantemente reivindicados pela comunidade científica.
- c) A implementação de crédito daquela instituição de financiamento e a relação entre os colegas devem ser avaliados como promissoras para a empresa.
- d) Os experimentos que avaliam a eficácia das vacinas e os estudos publicados sobre os efeitos da covid-19 foram patrocinadas por empresas farmacêuticas internacionais.
- e) A enorme diversidade de biomas que possuímos e o extenso território brasileiro são valiosas para a exploração de recursos naturais, o sequestro de carbono e a conservação da biodiversidade.

09. Assinale a alternativa em que o acento de crase tenha sido utilizado em desacordo com a norma.
- a) As empresas que recorrem à linha de crédito do BNDES podem expandir seus negócios de forma sustentável.
 - b) O apoio do BNDES à inovação tecnológica tem sido crucial para o desenvolvimento industrial.
 - c) O banco oferece financiamentos à taxa de juros reduzida para projetos de energia renovável.
 - d) As iniciativas do BNDES voltadas à preservação ambiental têm gerado impactos positivos a longo prazo.
 - e) O BNDES tem fomentado à recuperação econômica do país por meio de investimentos em infraestrutura.
10. Assinale a alternativa em que o termo não tenha sido grafado corretamente quanto às novas normas ortográficas.
- a) Super-interessante
 - b) Infraestrutura
 - c) Micro-ônibus
 - d) Bem-vindo
 - e) Antissocial

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Half of Britons plan to ration energy use this winter as 10% bill rise looms

Almost half of British adults will ration their energy use this winter, a survey has found, as energy bills will rise again by 10% this week.

Charities have called on the government to do more to help vulnerable people to heat their homes, with the average household bill scheduled to rise by £149 after the energy price cap increases on Tuesday.

According to the YouGov survey on behalf of the fuel poverty charity National Energy Action, 46% of adults are

likely to use less energy than they need to maintain comfort and wellbeing.

Forty-five per cent of those on low incomes said they had already found it difficult to pay for their energy in the last year, while more than a third of those on prepayment meters said they had gone without power or heating when they needed it.

About six million UK households will be left in fuel poverty – needing to spend more than 10% of their income on heating bills – when the latest price cap comes in, the charity said.

Under the new cap, the average annual energy bill will rise to £1,717 a year for gas and electricity, up from £1,568, which has been set since July.

National Energy Action's chief executive, Adam Scorer, said: "Millions of households face another dreadful winter, resigned to increasing energy debt or not heating their homes at all."

Total UK household energy debt stands at £3.7bn, according to Ofgem.

"There is still time for the UK government to increase the support provided through the warm homes discount scheme and to work with Ofgem and energy suppliers to provide direct support to reduce bills," Scorer said. "But this must be the last winter for the quick fix."

NEA's survey found that 4% of adults said they had even reduced their use of essential medical equipment such as oxygen and hoists in the last three months to save money.

Labour's decision to scrap the winter fuel payment for most pensioners, which was introduced by the last Labour government in 1997, is likely to make such situations worse, charities and campaign groups have said.

About 10 million pensioners are likely to lose the automatic allowance, with extra payments only issued to about a million people who receive pension credit or claim other means-tested benefits.

<https://www.theguardian.com/money/2024/sep/30/half-of-britons-plan-to-ration-energy-use-this-winter-as-10-bill-rise-looms>

11. What did the survey find regarding people with essential medical equipment?

- a) 10% of adults reduced their use of medical equipment.
- b) 4% of adults reduced their use of medical equipment.
- c) 15% of adults stopped using medical equipment entirely.
- d) 2% of adults bought more medical equipment.
- e) 8% of adults relied more on medical equipment.

12. What did 45% of low-income households report regarding energy bills?

- a) They found it difficult to pay for energy last year.
- b) They had no trouble paying for energy last year.
- c) They saved money on energy bills last year.
- d) They received discounts from the government last year.
- e) They had more access to energy than before.

13. What did the article mention about the Warm Homes Discount Scheme?

- a) It provides support but needs to be expanded.
- b) It has been canceled for this winter.
- c) It only helps those on prepayment meters.
- d) It has been effective in eliminating energy debt.
- e) It no longer exists.

14. Read the paragraph below.

About 10 million pensioners are **likely** to lose the automatic allowance, with extra payments only issued to about a million people who receive pension credit or claim other means-tested benefits.

The word LIKELY could be replaced by:

- a) certainly
- b) probably
- c) never
- d) surely
- e) suddenly

15. In the sentence “**But** this **must** be the last winter for the quick fix.”, the words BUT and MUST expresses

- a) BUT introduces an additional idea, and MUST expresses a recommendation.
- b) BUT indicates a conclusion, and MUST expresses ability.
- c) BUT introduces an alternative, and MUST expresses a possibility.
- d) BUT emphasizes the subject, and MUST expresses permission.
- e) BUT contrasts the previous sentence, and MUST indicates obligation or necessity.

CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO***Elisabete Moreira*

16. O ciclo político-administrativo da política pública consiste num esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes; em fases que se misturaram e ficam sobrepostas; ou, ainda, em fases diferentes, que se alteram e que, em muitos casos, não refletem a real dinâmica. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O planejamento de políticas públicas envolve componentes técnicos, com análises preditivas racionalistas, voltadas para projeções e predições, e argumentativas, voltadas para conjecturas.
- b) Arenas políticas são espaços físicos, sistêmicos e interativos, no qual se debatem temas, preferências e expectativas de vários atores.
- c) A definição de alternativas para o problema público é o instrumento supremo do poder, pois envolve a escolha dos conflitos, a partir de arranjos e articulações.
- d) Diversos atores afetam a formação das agendas de políticas públicas, incluindo-se os atores invisíveis, a exemplo dos líderes de partidos públicos.
- e) O incrementalismo consiste num modelo de tomada de decisão que atende a um efeito amplificador de impactos no orçamento, de uma forma geral.

17. No processo de formação, elaboração, aprovação e execução de políticas públicas, cada um dos Poderes exerce um papel predominante, harmônico e independente. O poder Legislativo, por exemplo, pode realizar mudanças sociais, em alguns casos, conflituosas entre os atores, de acordo com o direito, revisando ou sancionando leis, que, por meio do orçamento, geram políticas públicas do tipo

- a) distributivas
- b) redistributivas
- c) regulatórias
- d) pseudopolíticas
- e) simbólicas

18. Há na literatura diversos modelos disponíveis para análise e avaliação de políticas públicas, com vistas a emitir um julgamento e atribuir valor aos resultados alcançados. Acerca do tema, avalie a alternativa correta.

- a) A análise e avaliação formativa tem o objetivo de definir a continuação, ampliação ou adoção do programa.
- b) A avaliação somativa tem o objetivo de analisar o conteúdo da política pública depois da implementação, focado no resultado.
- c) A avaliação interna da política pública é realizada visando verificar os procedimentos internos da Instituição responsável pela implementação.
- d) A avaliação de impacto identifica os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública, focando na eficiência da gestão.
- e) A avaliação ex ante é realizada no momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa ao monitoramento da política pública em andamento

PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Leandro Signori

19. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua por meio de dois modelos principais de concessão de crédito: direto e indireto. Esses modelos diferem na forma como o crédito é oferecido, no público-alvo e na intermediação financeira. Sobre os modelos de atuação do BNDES, analise as afirmativas a seguir:

- a) No modelo direto, o BNDES concede crédito diretamente ao tomador final, geralmente destinado a projetos de pequeno porte.
- b) No modelo indireto, o BNDES trabalha com instituições financeiras intermediárias, que concedem o crédito ao tomador final.
- c) O modelo indireto é utilizado principalmente para grandes projetos, como aqueles ligados à infraestrutura nacional.
- d) O modelo direto permite maior capilaridade, atendendo um número maior de pequenos e médios tomadores de crédito em diversas regiões.
- e) O modelo indireto é mais apropriado para empresas de grande porte que têm capacidade de negociar diretamente com o BNDES.

20. O BNDES é um ator estratégico nas políticas públicas brasileiras voltadas para a neointustrialização e a descarbonização da economia. Dentre os programas que contam com o apoio do BNDES, destacam-se o Novo PAC, a Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica. Esses programas visam impulsionar a competitividade industrial do país, ao mesmo tempo em que alinham o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental.

Sobre esses programas, assinale a alternativa correta:

- a) O Plano de Transformação Ecológica tem como foco principal aumentar a competitividade da indústria nacional por meio de incentivos fiscais sem preocupações ambientais.
- b) O Novo PAC visa, entre outros objetivos, impulsionar o crescimento econômico e a inclusão social por meio de investimentos exclusivamente públicos.
- c) A Nova Indústria Brasil busca modernizar o parque industrial brasileiro, integrando tecnologias como a indústria 4.0, e promovendo a sustentabilidade.
- d) O Plano de Transformação Ecológica é o único programa que não envolve o apoio financeiro do BNDES em seus projetos.
- e) A descarbonização da economia proposta pelo Novo PAC limita-se ao uso de combustíveis fósseis de baixo impacto ambiental.

**CLIMA, SUSTENTABILIDADE E
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E
CLIMÁTICA***André Rocha*

21. Desde 30 de julho, a Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática já realizou sete plenárias presenciais, passando por vários biomas brasileiros e promovendo a participação social na construção da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Ao mesmo tempo, o processo de participação social também acontece no meio digital, pela plataforma do Brasil Participativo. O prazo final, que acabava no dia 10 de setembro, foi prorrogado até o dia 17 de setembro.

Qualquer pessoa pode acessar com o CPF e apresentar até três propostas, conhecer as propostas de outros participantes, votar em até 10 propostas que queira apoiar e ainda fazer comentários. O participante pode também responder à pergunta "Como o Brasil pode enfrentar as mudanças climáticas e reduzir seus impactos?".

As 10 propostas mais votadas de cada um dos 18 temas definidos pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima poderão ou não ser incorporadas ao texto do Plano Clima, após análise do governo federal.

Da capital federal, no Distrito Federal, até o Pampa, no Rio Grande do Sul, as plenárias do Plano Clima Participativo estão promovendo um processo inédito de participação popular na elaboração da política climática nacional.

Ao todo, até 5 de setembro, mais de 18 mil participantes já interagiram com o processo do Plano Clima no site do Brasil Participativo. Foram 1.047 propostas apresentadas, com 1.684 comentários e 34.963 votos. As propostas poderão ser incluídas na primeira versão do Plano, a ser apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na COP 29, em novembro, no Azerbaijão.

A versão final do documento, com as contribuições da sociedade civil, irá compor a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que será apresentada na COP 30, em Belém (PA), em novembro de 2025.

Fonte: Participação no Plano Clima Participativo segue até 17 de setembro.
Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt->

br/noticias/2024/setembro/participacao-no-plano-clima-participativo-segue-ate-17-de-setembro

Sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), assinale a alternativa correta.

- a) São instrumentos da PNMC os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Protocolo de Quioto e nos demais documentos sobre mudança do clima dos quais vier a ser signatário.
- b) Os gases de efeito estufa são constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação ultravioleta.
- c) Emissão é o processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- d) A PNMC objetiva, entre outras ações, o fortalecimento das emissões antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.
- e) Apesar de ser uma Política Nacional, princípio de âmbito internacional deve ser observado na execução da PNMC.

22. O clima está intimamente ligado às discussões contemporâneas sobre sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Com as mudanças climáticas se tornando cada vez mais evidentes, as variações nas temperaturas globais, a intensificação de eventos extremos, como secas, enchentes e furacões, e o derretimento das geleiras são sinais claros de que o planeta está sob estresse. O aquecimento global, impulsionado principalmente pelas emissões de gases de efeito estufa, tem origem nas atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento. Essas mudanças afetam diretamente os ecossistemas, a biodiversidade e, conseqüentemente, a vida humana.

A sustentabilidade surge como uma resposta a esse cenário, buscando equilibrar as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Ela se baseia em três pilares principais: a conservação dos recursos naturais, a justiça social e o desenvolvimento econômico viável. A transição para uma economia de baixo carbono, o uso de energias renováveis e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis são apenas algumas das estratégias que têm sido propostas para mitigar os impactos ambientais e promover uma relação mais equilibrada com o planeta.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- a) A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, não prevê ações diretas para combate às mudanças climáticas no Brasil.
- b) A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) atual do Brasil prevê a redução de 37% nas emissões de gases de efeito estufa até 2025, com indicativo de redução de 50% até 2030, com base nas emissões do ano de 2005.
- c) O BNDES aplica a parcela de recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e pode habilitar outras instituições financeiras e Fintechs para a mesma finalidade.
- d) As Soluções Baseadas na Natureza podem ser adotadas no contexto das mudanças climáticas para mimetizar os processos fotossintéticos dos

seres autótrofos e, assim, liberar carbono para a atmosfera.

- e) O Código Florestal, instituído pela Lei nº 12.651/2012, prevê a necessidade de uma política de prevenção e combate a queimadas, a qual deve ser independente dos cenários de mudanças climáticas e potenciais aumentos de risco de ocorrência de incêndios florestais.

**RESOLUÇÕES CMN Nº4557/2017 E
Nº4945/2021 E DESENVOLVIMENTO E
FINANÇAS SUSTENTÁVEIS**

Nick Simonek

23. A Resolução do CMN 4557/2017 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

Nesse sentido, cabe manter à disposição do Banco Central por 05 anos os seguintes documentos, exceto:

- a) RAS
- b) a documentação relativa à estrutura de gerenciamento de riscos
- c) a documentação relativa à estrutura de gerenciamento de capital
- d) documentos de regularidade fiscal
- e) outros relatórios que tratem a resolução

24. A Resolução do CMN 4557/2017 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

Nesse sentido, alguns conceitos sobre testes de estresse são elencados pela legislação. Assim, assinale a alternativa que contém uma definição correta:

- a) análise de sensibilidade: conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição
- b) teste de estresse: exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em um portfólio específico;
- c) programa de testes de estresse: metodologia de teste de estresse que permite avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio
- d) efeitos de segunda ordem: metodologia de teste de estresse que permite a identificação dos eventos e circunstâncias adversos associados a níveis predefinidos de resultado, capital ou liquidez, incluindo os que configurem a inviabilidade da instituição;
- e) teste de estresse reverso: consequências adversas decorrentes de respostas da instituição e do mercado ao cenário originalmente definido

PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Emannuelle Gouveia

25. Das letras abaixo, marque aquela que NÃO pode ser considerada uma boa prática para a criação de métricas de negócio:

- a) alinhamento com objetivos estratégicos.
- b) mensurabilidade.
- c) ação e limitação de tempo.
- d) complexidade e aleatoriedade.
- e) flexibilidade e revisão.

26. No diagrama de Ishikawa, o elemento que representa as causas mais específicas e que ajudam a detalhar ainda mais as causas potenciais do problema são as:

- a) espinhas secundárias
- b) espinhas principais.
- c) segurança
- d) cabeça do peixe
- e) processos

ESTRUTURAS LÓGICAS E NOÇÕES BÁSICAS DE LÓGICA

Eduardo Mocellin

27. Assinale a alternativa que apresenta uma tautologia.

- a) $P \rightarrow (P \wedge Q)$
- b) $\sim P \rightarrow (P \vee \sim Q)$
- c) $(P \wedge Q) \leftrightarrow P$
- d) $(\sim P \wedge Q) \vee P$
- e) $(P \vee \sim Q) \vee \sim P$

28. Considere as premissas “Todos os voadores são vacas” e “Pelo menos um gato não é vaca”. A conclusão que torna o argumento válido é:

- a) “Ao menos uma vaca é gato”
- b) “Todo gato é voador”
- c) “Algum gato não é voador”
- d) “Existe ao menos um gato que é voador”
- e) “Existe ao menos uma vaca que não é voadora”

ANÁLISE DE DADOS: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Carlos Henrique

29. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

30. Em um hospital, 20% dos enfermos estão com COVID. Para dar continuidade às pesquisas que estão sendo realizadas para controlar o avanço deste tipo de infecção, cinco enfermos desse hospital são selecionados, ao acaso e com reposição.

A probabilidade de que exatamente três dos enfermos selecionados não estejam acometidos com COVID é igual a:

- a) 20,48%
- b) 21,36%
- c) 22,45%
- d) 23,67%
- e) 24,53%

LGPD

Antônio Daud

31. Assinale a alternativa que está de acordo com as definições constantes da LGPD:

- a) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem geográfica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à escolaridade ou à saúde.
- b) dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.
- c) banco de dados: conjunto de dados pessoais, estruturado ou não, estabelecido em um único local, em suporte eletrônico ou físico.
- d) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- e) eliminação: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

32. Entre as sanções administrativas aplicáveis às infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), NÃO se encontra a:

- a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.
- b) multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- c) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.
- d) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 2 anos, prorrogável por igual período.
- e) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Leandro Signori

33. Durante séculos, as mulheres foram relegadas a um papel secundário na sociedade, enfrentando discriminação e exclusão social em diversas esferas da vida. O machismo estrutural permeia as relações sociais, econômicas e políticas, perpetuando desigualdades de gênero e limitando o pleno exercício dos direitos das mulheres.

Considerando os diversos aspectos da sociedade brasileira, assinale a alternativa que apresenta uma situação na qual se possa verificar um dos reflexos da desigualdade de gênero no cotidiano nacional:

- a) Na representação política proporcional nos governos, refletindo a inclusão de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão.
- b) Na predominância de mulheres em cargos de liderança e gestão, o que cria uma representatividade equitativa nos espaços de decisão.

- c) Na expectativa de vida, que é desigual entre homens e mulheres em decorrência de fatores sociais e biológicos.
- d) Na implementação de políticas de cotas em empresas, garantindo a ascensão profissional das mulheres de forma equitativa em relação aos homens.
- e) Na falta de políticas de igualdade salarial, onde mulheres enfrentam discriminação sistemática e recebem, em média, menos que homens pelo mesmo trabalho.

34. Após a abolição formal da escravidão, em 1888, a população negra brasileira enfrentou uma série de desafios, incluindo a exclusão socioeconômica e a marginalização política. Embora tenham sido promulgadas leis para combater a discriminação racial, os desafios persistem até os dias atuais. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Após a abolição, a população negra brasileira experimentou uma inclusão imediata na sociedade, com acesso a direitos políticos, civis e socioeconômicos.
- b) O Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, estabelece direitos fundamentais da população negra, mas não aborda questões de acesso à terra e à moradia.
- c) As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos globais que influenciaram os direitos étnico-raciais, mas que tiveram pouco impacto no Brasil.
- d) A Lei Afonso Arinos, de 1951, foi a primeira a condenar práticas discriminatórias em razão de raça, mas não representou uma mudança significativa na realidade socioeconômica dos negros.
- e) A Lei Caó, de 1989, equiparou a injúria racial como crime de racismo, estabelecendo penas mais brandas para atos discriminatórios.

35. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer uma série de direitos e garantias fundamentais, teve um impacto significativo na proteção dos direitos dos povos indígenas no país. Entre suas principais medidas, destaca-se:

- a) o estabelecimento de cotas raciais para ingresso nas universidades.
- b) a criação de reservas indígenas para proteger as terras de ocupação tradicional.
- c) o reconhecimento do direito dos povos indígenas à participação no mercado de trabalho formal.
- d) a proibição da discriminação racial em ambientes públicos.
- e) a garantia da representação política exclusiva para líderes indígenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

36. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (DECRETO-LEI Nº 4.657/1942), ao se interpretarem as normas jurídicas, deve-se levar em consideração:

- a) Apenas os elementos gramaticais e sistemáticos, com estrita observância ao texto da lei.
- b) As finalidades sociais e as condições específicas do caso concreto, visando atender ao interesse geral.
- c) Somente os princípios expressos na Constituição, independentemente de outros valores sociais.
- d) A literalidade do texto legal, desconsiderando interpretações teleológicas que possam expandir o alcance da norma.
- e) Exclusivamente as normas preexistentes, sendo vedada a aplicação de analogia e princípios gerais do direito.

37. Segundo o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações.
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, as associações, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos.
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações, as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- e) as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

38. Com relação ao adimplemento das obrigações, é correto afirmar:

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, sub-roga-se nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- c) Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, salvo se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.
- d) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido.
- e) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.

DIREITO DE EMPRESA*Cadu Carillo*

39. A respeito do instituto das microempresas e empresas de pequeno porte tratados na Lei Complementar nº 123 de 2006 e alterações posteriores, marque a opção que coaduna com as normas e regras previstas nessa lei:

- a) A) A referida lei estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.
- b) B) Para os efeitos da Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, ainda que não registrados e desde que no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- c) C) Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar, incluído o regime do Simples Nacional, a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica ou que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- d) D) Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica que se forma como cooperativa de consumo;
- e) E) Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de

governo, não precisam considerar a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, já que entes autônomos e independentes, porém podem articular as competências próprias com aquelas dos demais membros, e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

40. As sociedades podem se organizar no seu exercício empresarial de desenvolvimento das atividades econômicas, a legislação prevê algumas maneiras de se fazer uma reorganização. A operação em que uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos é o tipo de operação societária chamada de:

- a) fusão.
- b) cisão.
- c) transformação.
- d) incorporação.
- e) liquidação.

41. A lei de falências, também chamada lei de recuperação de empresas, versa sobre os institutos da falência, da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial aplicáveis aos empresários e às sociedades empresárias. Tendo em vista a recuperação extrajudicial, marque a opção que está de acordo com as previsões legais

- a) A) O devedor que preencher os mesmos requisitos de obtenção da recuperação judicial poderá propor e negociar com o administrador judicial e o juiz o plano de recuperação extrajudicial.
- b) B) Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles do credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, dentre outros, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.
- c) C) O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de cinco anos.
- d) D) O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará suspensão de direitos, ações ou execuções, mas impossibilitará o pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.
- e) E) A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constituirá título executivo extrajudicial.

REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Amanda Aires

42. O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) possuem diferentes atribuições no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável por supervisionar diretamente todas as operações das instituições financeiras no Brasil.
- b) O Banco Central do Brasil (BCB) tem como competência definir a política cambial e fixar as taxas de câmbio, enquanto o CMN executa as operações de mercado aberto.
- c) Uma das competências do Banco Central do Brasil (BCB) é autorizar o funcionamento de instituições financeiras, regulando suas atividades e operações.
- d) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável pela administração das reservas internacionais do Brasil, incluindo a definição da taxa básica de juros (Selic).
- e) O Banco Central do Brasil (BCB) define as regras para negociação de valores mobiliários no mercado, regulamentando operações realizadas na B3.

43. No mercado de valores mobiliários, a B3 possui níveis diferenciados de governança corporativa, que visam aprimorar as práticas das empresas listadas. Com relação a essas práticas e ao mercado de valores mobiliários, assinale a alternativa correta:

- a) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é responsável pela definição das regras de negociação em todos os níveis diferenciados de governança corporativa na B3.
- b) No processo de "bookbuilding", a empresa emissora define unilateralmente o preço de emissão dos valores mobiliários, sem participação dos investidores.
- c) A distribuição primária de valores mobiliários refere-se à negociação de ativos previamente emitidos no mercado secundário.
- d) A B3 possui níveis diferenciados de governança corporativa, que impõem regras adicionais de transparência e práticas de gestão aos emissores listados.
- e) As operações de "underwriting" referem-se exclusivamente à negociação de valores mobiliários no mercado secundário, sem participação de intermediários.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

44. Carlos ajuizou ação de indenização por danos materiais em desfavor de Antônio. Ambas as partes, respectivamente na inicial e na contestação, apresentaram pareceres técnicos sobre as questões de fato para justificar as pretensões e a resistência. Diante disso, o juiz:

- a) Ainda assim deverá determinar a produção de prova pericial.
- b) Deverá dispensar a produção de prova pericial.
- c) Somente poderá dispensar a prova pericial caso uma das partes consinta.

- d) Somente poderá dispensar a prova pericial com a anuência de ambas as partes.
- e) Poderá dispensar a prova pericial, caso considere os pareceres técnicos suficientes para a formação de sua convicção.

45. Maria ajuizou ação em desfavor de Cláudia pleiteando a reintegração de posse de imóvel supostamente esbulhado. Devidamente citada, Cláudia não apresentou a sua contestação. De acordo com o Código de Processo Civil, os efeitos materiais da revelia não ocorrerão na hipótese de:

- a) Versar sobre direitos disponíveis.
- b) A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- c) O imóvel não ser registrado.
- d) As alegações de Maria estarem de acordo com as provas produzidas nos autos.
- e) As alegações de fato formuladas pelo autor forem verossímeis

46. O Código de Processo Civil estabeleceu um regime próprio em relação ao agravo de instrumento. De acordo com a literalidade do referido diploma legal, é hipótese de decisão interlocutória que pode ser recorrida pela via agravo de instrumento:

- a) A que acolhe alegação de convenção de arbitragem.
- b) A que acolhe pedido de gratuidade da justiça.
- c) A que defere a inclusão de litisconsorte.
- d) A que verse sobre o mérito do processo.
- e) A que acolhe o pedido de limitação do litisconsórcio.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

47. O conceito de Poder Constituinte é fundamental para entender a origem e a estrutura das Constituições. Com base na doutrina e na teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte derivado é ilimitado e incondicionado, podendo alterar qualquer parte da Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.
- b) O Poder Constituinte originário é subordinado ao ordenamento jurídico anterior, devendo respeitar as normas vigentes no momento da sua elaboração.
- c) O Poder Constituinte originário manifesta-se na elaboração de emendas constitucionais, sendo responsável por atualizar o texto constitucional vigente.
- d) O Poder Constituinte derivado reformador é limitado e condicionado, devendo respeitar as cláusulas pétreas e seguir o procedimento estabelecido pela própria Constituição.
- e) O Poder Constituinte derivado revisor, previsto na Constituição Federal de 1988, pode modificar o núcleo essencial dos direitos fundamentais sem restrições.

48. As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.

d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.

e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

49. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravvyelle

50. Durante uma avaliação de procedimentos internos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a equipe de auditoria financeira identificou que determinadas operações de financiamento e investimento realizadas pelo banco podem estar relacionadas a princípios de Direito Financeiro e orçamentário que devem ser observados pelo setor público. A gestão do BNDES deve seguir esses princípios para garantir a legalidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Com base nos princípios e normas gerais de Direito Financeiro, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da anualidade determina que o orçamento público deve ser elaborado e aprovado para um período de 24 meses, devendo ser considerado tanto o exercício financeiro corrente quanto o subsequente, permitindo maior flexibilidade na execução de despesas e receitas, uma vez que a Constituição Federal passou a permitir a previsão de despesas para exercícios seguintes através de Emenda Constitucional
- b) O princípio da especificação ou especialização veda que o orçamento público contenha categorias genéricas de despesas, obrigando que cada gasto seja identificado de forma detalhada, inclusive os recursos destinados a fundos especiais, sem exceções.
- c) O princípio da transparência ou publicidade exige que o orçamento público seja publicado em meio eletrônico e impresso, dispensando a necessidade de ampla divulgação à sociedade, desde que esteja disponível para órgãos de controle internos e externos.
- d) O princípio da legalidade impõe que toda receita e despesa pública deve estar prevista em lei orçamentária ou em lei específica, garantindo que a gestão financeira do Estado seja guiada por normas previamente estabelecidas, incluindo

operações de crédito e financiamentos concedidos por bancos públicos, como o BNDES.

- e) O princípio da universalidade prevê que o orçamento deve conter apenas as despesas consideradas essenciais para a manutenção da administração pública, podendo excluir gastos menores ou irrelevantes, que serão cobertos por receitas extraordinárias durante o exercício financeiro.

51. Uma entidade privada sem fins lucrativos, que presta assistência social e de saúde a comunidades vulneráveis, solicitou à prefeitura de determinado município uma ajuda financeira para expansão de suas atividades. A prefeitura, ao analisar o pedido, concluiu que poderia realizar uma transferência de recursos na forma de subvenção, mas houve debates internos sobre os procedimentos legais e classificações de subvenções previstos na legislação brasileira.

Considerando as regras estabelecidas na Lei nº 4.320/64 sobre subvenções, assinale a alternativa correta:

- a) As subvenções sociais e econômicas destinam-se exclusivamente a empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo proibida sua destinação a entidades privadas sem fins lucrativos.
- b) A concessão de subvenções sociais destina-se a cobrir despesas de custeio de entidades privadas sem fins lucrativos que prestem serviços de caráter essencial, como assistência social, educação ou saúde, devendo constar no orçamento público com especificação da entidade beneficiada, bem como autorização em lei específica, conforme o caso.
- c) Subvenções econômicas são concedidas pelo ente público para cobrir despesas de capital de entidades públicas ou privadas, incluindo investimentos em infraestrutura, desde que haja autorização expressa em lei orçamentária.
- d) A Lei nº 4.320/64 prevê que as subvenções sociais podem ser destinadas ao financiamento de investimentos em capital de giro de entidades privadas que atuem em setores estratégicos, visando estimular a economia local.
- e) As subvenções sociais e econômicas, ao serem concedidas pelo ente público, não precisam estar previstas no orçamento anual, bastando que sejam autorizadas pelo órgão responsável por sua concessão.

52. Um município de médio porte pretende contrair empréstimos para financiar projetos de infraestrutura urbana, como a construção de escolas, hospitais e estradas. A equipe financeira da prefeitura consultou a legislação vigente para saber quais são os limites de endividamento, as regras de competência para aprovação desses créditos, e as condições para a emissão de títulos da dívida pública.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101/2000 - e dos princípios do endividamento público, assinale a alternativa correta:

- a) Os limites para a dívida consolidada dos Estados e Municípios são fixados por ato normativo do Banco Central do Brasil, com competência exclusiva para regulamentar e fiscalizar o endividamento dos entes da Federação.
- b) A LRF prevê que o total de operações de crédito não poderá exceder a diferença entre as receitas correntes líquidas e as despesas correntes do ente da Federação no exercício financeiro em curso, garantindo equilíbrio entre arrecadação e endividamento.
- c) A concessão de garantias pela União a empréstimos e operações de crédito contratados por Estados, Distrito Federal e Municípios está condicionada ao cumprimento de limites de endividamento previstos na legislação e deve observar condições específicas estabelecidas pelo Senado Federal.
- d) É permitido ao ente da Federação realizar operações de crédito por antecipação de receita para financiar despesas de capital, desde que tal operação seja autorizada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e garantida por um ativo público vinculado.
- e) A dívida mobiliária é composta exclusivamente por títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e dos governos estaduais, excluindo os municípios, que são vedados de emitir títulos públicos em qualquer situação, conforme disposto na LRF.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

53. Carlos, ex-diretor de uma empresa estatal, foi condenado, em ação transitada em julgado, por ato de improbidade administrativa culposo antes da vigência da Lei nº 14.230/2021. Como Carlos ainda não havia cumprido as penalidades, sua defesa ingressou com ação rescisória, argumentando que a nova lei deveria retroagir para beneficiá-lo, uma vez que a modalidade culposa não existe mais. De acordo com o julgamento do STF, assinale a alternativa correta:

- a) a ação deve ser acolhida, pois a Lei 14.230/2021 retroage em todos os casos de improbidade culposa, independentemente de trânsito em julgado.
- b) a condenação de Carlos não pode ser desconstituída, pois a Lei 14.230/2021 não retroage para atos de improbidade culposos que já transitaram em julgado.
- c) a ação deve ser acolhida se for demonstrado que Carlos não agiu com dolo, apenas com culpa.
- d) a condenação de Carlos deve ser anulada, pois a retroatividade da lei beneficia todos os réus, mesmo os condenados em decisões transitadas em julgado.
- e) a aplicação retroativa da Lei 14.230/2021 é obrigatória em todos os processos de improbidade administrativa, incluindo aqueles com trânsito em julgado.

54. Em relação às funções sociais das empresas estatais e suas obrigações, com base na previsão da Lei nº 13.303/2016, assinale a alternativa correta:

- a) a empresa pública e a sociedade de economia mista podem priorizar o interesse econômico de seus acionistas, sem que isso afete o bem-estar social ou a alocação eficiente de recursos, em virtude do regime de direito privado aplicável.
- b) a ampliação do acesso dos consumidores aos produtos e serviços da empresa pública ou sociedade de economia mista deve ser feita com o objetivo de maximizar o lucro, sem necessidade de justificativa econômica.
- c) a empresa pública e a sociedade de economia mista devem adotar práticas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social corporativa, compatíveis com o mercado em que atuam, conforme previsto em lei.
- d) a celebração de convênios e contratos de patrocínio para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas e educacionais está dispensada da observância de normas de licitação e contratos.
- e) o desenvolvimento ou emprego de tecnologia estrangeira será priorizado nas empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente da justificativa econômica.

55. João, um cidadão interessado em acessar informações públicas, solicitou ao Ministério da Saúde dados detalhados sobre as campanhas de vacinação realizadas nos últimos cinco anos. Ele fez o pedido via internet, utilizando o portal oficial do governo. Passados 25 dias da solicitação, o órgão ainda não respondeu ao pedido de João, e ele decidiu entrar em contato para entender a razão da demora. Ao fazer a consulta, descobriu que o órgão havia prorrogado o prazo sem informá-lo e que sua solicitação estava sendo tratada, mas ainda sem data prevista para atendimento. Indignado com a falta de resposta, João considerou recorrer administrativamente para garantir seu direito à informação. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público pode prorrogar o prazo de resposta por até 20 dias, desde que informe expressamente o requerente sobre os motivos da prorrogação.
- b) João não tem o direito de recorrer, pois a solicitação de informação feita por meio digital não tem o mesmo valor legal que uma solicitação formal por escrito.
- c) o órgão público pode recusar o pedido de João se considerar que ele não apresentou motivos claros e justificáveis para a solicitação de informações.
- d) caso o Ministério da Saúde não possua as informações solicitadas, ele não tem obrigação de fornecer qualquer orientação a João sobre onde obtê-las.
- e) o Ministério da Saúde deveria ter informado João sobre a prorrogação do prazo para resposta, sendo certo que o prazo de resposta inicial é de até vinte dias, passíveis de prorrogação justificada por mais dez dias.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA BNDES

Jonathan Roitman

56. A Lei Federal nº 1.628/1952 cria, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que também atuará, como agente do Governo, nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional.

Em seu art. 9º, a referida norma prevê que o Banco terá:

- a) autonomia administrativa e personalidade jurídica de Direito Público, gozando, como serviço privado, de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, foro e tratamento nos pleitos judiciais.
- b) autonomia legislativa e financeira, gozando, como serviço público nacional, de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, foro e tratamento nos pleitos judiciais.
- c) autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, gozando, como serviço público federal, de todas as vantagens e regalias respectivas, exceto quanto a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, foro e tratamento nos pleitos judiciais.
- d) autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, gozando, como serviço público federal, de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, foro e tratamento nos pleitos judiciais.
- e) autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, gozando, como serviço público federal, de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, foro e tratamento nos pleitos judiciais.

57. Conforme consta das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024, sobre a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, temos que as agências financeiras oficiais de fomento terão como diretriz geral a preservação e a geração do emprego e, respeitadas as suas especificidades, as seguintes prioridades para o BNDES:

- a) estímulo à redução de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira e ao incentivo ao turismo.
- b) estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira e ao incentivo ao turismo.
- c) estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das igualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira e ao incentivo ao turismo.
- d) estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, com redução da capacidade produtiva, e ao incremento da competitividade da economia brasileira e ao incentivo ao turismo.
- e) estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da cooperação na economia brasileira e ao incentivo ao turismo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

58. Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, **exceto**:

- a) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- b) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.
- c) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- d) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

59. Em relação ao Parcelamento, julgue os itens a seguir:

- I-) Como regra, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.
- II-) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos casos de Parcelamento.
- III-) Lei Complementar disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

60. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

61. Havendo o distrato mediante acordo entre empregado e empregador, é correto afirmar que

- a) as férias proporcionais deverão ser pagas pela metade.
- b) as férias proporcionais deverão ser pagas integralmente.
- c) as férias simples deverão ser pagas pela metade.
- d) a indenização sobre o FGTS deverá ser paga integralmente.
- e) o aviso prévio deve ser pago integralmente, seja trabalhado ou indenizado, uma vez que este se projeta no contrato de trabalho.

62. Julgue as afirmativas a seguir quanto aos atuais parâmetros do trabalho da mulher:

- I. As empregadas adotantes não possuem direito à estabilidade provisória no emprego.
- II. É vedada a exigência de teste comprovando estado de gravidez como condição para admissão, embora seja permitida sua exigência para permanência no emprego.
- III. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres, em qualquer grau, durante a lactação ou gestação.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

63. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) teletrabalho, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas e participação nos lucros ou resultados da empresa.
- b) seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e sobreaviso.
- c) valor nominal do 13º salário, valor dos depósitos do FGTS e banco de horas anual.
- d) número de dias de férias, trabalho intermitente e teletrabalho.
- e) enquadramento do grau de insalubridade, regime de sobreaviso e adicionais de atividades penosas, insalubres ou perigosas.

DIREITO INTERNACIONAL

Áulus Wazee

64. A cooperação jurídica internacional compreende o reconhecimento e a aplicação de decisões proferidas pelas autoridades de um país no âmbito interno de outro, bem como a prática de atos no território de um Estado que sejam relevantes para o deslinde de processos que tramitam em outro Estado. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- a) Uma sentença proferida por autoridade judiciária estrangeira pode ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal, após juízo de delibação, a fim de que produza efeitos no território nacional.
- b) Decisões interlocutórias de natureza cautelar proferidas por autoridade judiciária estrangeira não podem ser objeto de carta rogatória passiva a fim de que sejam cumpridas em território nacional.
- c) A homologação de uma sentença estrangeira, para que produza efeitos no território nacional, depende de uma nova análise de mérito a ser promovida pela autoridade judiciária brasileira competente.
- d) São exemplos de objetos possíveis para pedidos de cooperação jurídica internacional, expressamente previstos pela legislação brasileira, a citação, a intimação, a colheita de provas e a obtenção de informações.
- e) A cooperação jurídica internacional via auxílio direto pode ser utilizada para obter o cumprimento, no território nacional, de uma decisão interlocutória estrangeira de natureza cautelar.

65. O contrato é um negócio jurídico, formado a partir de um acordo de vontades, por meio do qual direitos são criados, modificados ou extintos. Um contrato é considerado internacional quando os seus elementos constitutivos (partes, objeto, local de celebração e local de execução) ensejam a potencial conexão do negócio jurídico com o

ordenamento jurídico de mais de um Estado. Sobre os contratos internacionais, assinale a alternativa correta.

- a) A *supply bond*, também chamada de garantia de fornecimento, é uma espécie de garantia contratual bastante utilizada em licitações, e tem por objetivo assegurar que o contratado honrará a sua proposta comercial.
- b) O termo EXW (*Ex Works*) é o que estabelece o maior nível de obrigações ao comprador e, simultaneamente, o menor nível de obrigações para o vendedor.
- c) A cláusula de força maior tem por objetivo garantir o restabelecimento do equilíbrio do contrato quando a sua execução se torna substancialmente mais onerosa em decorrência de circunstâncias imprevistas e inevitáveis.
- d) A versão atualmente vigente dos INCOTERMS é a versão publicada em 2022, que revogou a versão anterior publicada em 2020.
- e) Os INCOTERMS são de utilização obrigatória nos contratos de compra e venda internacional de mercadorias.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

66. A conduta do funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não leva o fato ao conhecimento da autoridade competente, configura:

- a) crime de prevaricação
 - b) crime de prevaricação imprópria
 - c) crime de condescendência criminosa
 - d) crime de corrupção passiva privilegiada
 - e) fato atípico
-

67. Thiago, servidor do BNDES, ao analisar requerimentos de empréstimos, verificou que Josias, um antigo desafeto, havia requerido um empréstimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para desenvolvimento de seu negócio. Mesmo estando o requerimento em ordem e devidamente instruído com a documentação necessária, Thiago retardou indevidamente o andamento do pedido, para prejudicar o desafeto Josias.

Nesse caso, é correto afirmar que Thiago praticou o crime de:

- a) corrupção passiva
- b) prevaricação
- c) corrupção passiva privilegiada
- d) advocacia administrativa
- e) favorecimento pessoal

68. O BNDES instaurou procedimento licitatório com vistas à contratação de serviços de limpeza e conservação de fachadas, um serviço especializado que não poderia ser executado pelos servidores do órgão. As empresas ALFA, DELTA e ÔMEGA apresentaram propostas, cujo sigilo deveria ser mantido até o momento oportuno. Walter, funcionário do BNDES, por curiosidade, abriu as propostas e delas teve conhecimento, apenas para saber o preço médio deste tipo de serviço, já que pretendia, futuramente, abrir uma empresa com a mesma finalidade. Walter não teve a intenção de beneficiar ou prejudicar qualquer dos concorrentes, tampouco teve a intenção de causar prejuízo à administração pública.

Nesse caso, a conduta de Walter configura:

- a) fato atípico
- b) Crime de Violação de sigilo em licitação
- c) Crime de Frustração do caráter competitivo de licitação
- d) Crime de Perturbação de processo licitatório
- e) Crime de Fraude em licitação ou contrato

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

69. A Lei nº 14.026/2020, conhecida como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, foi sancionada no Brasil em 15 de julho de 2020. Ela introduz uma série de reformas para modernizar o setor de saneamento no país, com o objetivo de ampliar o acesso à água tratada, à coleta e ao tratamento de esgoto, além de melhorar a gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Segundo a norma, os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de _____ da população com água potável e de _____ da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) 100% e 90%.
- b) 75% e 75%.
- c) 99% e 90%.
- d) 100% e 99%.
- e) 90% e 75%.

70. O licenciamento ambiental é um instrumento de controle e fiscalização criado para garantir que as atividades humanas, especialmente aquelas que utilizam recursos naturais ou têm potencial de causar impactos ao meio ambiente, sejam realizadas de maneira sustentável e com o mínimo de danos possíveis. Esse processo está previsto na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e é regulamentado por diferentes legislações estaduais, federais e municipais.

Suponha que um determinado banco esteja analisando uma solicitação de concessão de empréstimo financeiro para a ampliação de uma indústria de papel e se depare com as seguintes informações:

- I – Ainda não houve solicitação de qualquer licença ambiental para a ampliação da indústria.
- II – O empreendedor possui um documento denominado Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no qual omite certas informações relativas à presença de animais sob risco de extinção presentes no local onde a indústria será instalada.
- III – A indústria está localizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA) federal.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Pelo fato de a indústria já estar instalada, não será necessária licença ambiental para a mera ampliação da mesma.
- b) Pela omissão das informações no EIA, o banco fica sujeito à pena de reclusão, de três meses a seis anos, e multa.
- c) Se a omissão das informações for culposa, a pena passará a ser de detenção.
- d) A indústria está instalada em local inadequado, por se tratar de Área de Proteção Ambiental, unidade de conservação que permite apenas o uso indireto dos recursos.
- e) O licenciamento da indústria deve ser realizado pelo órgão ambiental federal, uma vez que está localizada em APA federal.

Questão 01

“A Lei Maria da Penha apresenta cinco tipos de atitudes violentas contra as mulheres: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física é representada por ações como tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos etc. A violência psicológica inclui ações como insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração e negligência.

A violência sexual é a ação cometida para obrigar a mulher, por meio da força física, coerção ou intimidação psicológica, a ter relações sexuais ou presenciar práticas sexuais contra a sua vontade. Já a violência patrimonial ocorre quando o agressor retém, subtrai, ou destrói os bens pessoais da vítima, seus instrumentos de trabalho, documentos e valores. Por fim, a violência moral ocorre quando a mulher sofre com qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria praticada por seu agressor”.

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/o-tipo-de-violencia-sofrida>

Desde o 11º Anuário, publicado em 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulga e monitora os números relacionados à violência contra as mulheres no Brasil. De lá para cá, muita coisa mudou (ou está mudando): as instituições policiais e de justiça criminal tiveram que olhar para os crimes letais contra as mulheres de forma a incorporarem um olhar de gênero no atendimento, nas investigações policiais e em seus desdobramentos. Isso serviu, na prática, para que alguns estados melhorassem os registros, criassem unidades especializadas de atendimento às mulheres, assim como núcleos de estudos para compreender como se dá a violência contra meninas e mulheres e quais as formas possíveis de enfrentamento. No entanto, ainda estamos lidando com números que traduzem uma violência cotidiana, que acontece principalmente dentro das casas dessas mulheres e, in - felizmente, cometida por pessoas conhecidas, com as quais têm ou tiveram algum tipo de vínculo afetivo. Mesmo sendo um contexto tão conhecido por nós, pesquisadoras(es), ainda nos parece inacreditável estarmos abordando, em mais um Anuário Brasileiro de Segurança Pública, tantos casos em que mulheres são assassinadas provavelmente porque decidem romper uma relação, ou começar um novo trabalho ou ter novos amigos. Paradoxalmente, é justamente quando as mulheres rompem com os papéis sociais de gênero esperados que sejam cumpridos por elas, que se encontram em maior vulnerabilidade.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **a persistência da violência contra a mulher.**

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. aponte e desenvolva uma causa da violência contra a mulher;
2. apresente as barreiras para a superação do problema;
3. aborde o dever do Estado de garantir a segurança dos cidadãos, em especial a das mulheres.

Extensão: até 45 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 02

O governo de determinado município solicitou ao respectivo tribunal de contas estadual (TCE) orientação sobre como proceder caso o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a despesa com pessoal no Poder Executivo municipal seja alcançado. Mais especificamente, o gestor quer saber se é possível:

- a) prover cargos de professor municipal com candidatos aprovados no último concurso público, cuja homologação é iminente;
- b) conceder reajuste a duas categorias de servidores municipais, com as quais a negociação está próxima de ser concluída.

Com referência à situação hipotética acima, responda, justificadamente, aos questionamentos apresentados nos seguintes tópicos.

- a) Discorra sobre o limite prudencial previsto na LRF para a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal, explicando seu objetivo e indicando a porcentagem de receita corrente líquida do município que corresponde a esse limite.
- b) Permitido o provimento dos cargos de professor municipal, uma vez alcançado o limite prudencial?
- c) Cabível conceder reajuste salarial a servidores depois de alcançado o limite prudencial?

Resposta em até 25 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 03

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 04

Foi criada, no âmbito de uma Assembleia Legislativa Estadual, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apuração de fato determinado por prazo certo. Durante o desenvolvimento dos seus trabalhos, essa CPI determinou, entre outras medidas:

- (i) a busca e apreensão de material de prova na casa de um dos investigados e
- (ii) a quebra do sigilo das comunicações telefônicas desse mesmo investigado.

Irresignado, o investigado impetrou Mandado de Segurança para questionar as medidas adotadas pela CPI, alegando violação à Constituição Federal de 1988, em especial a inviolabilidade domiciliar e o sigilo das comunicações telefônicas.

Com base nessa situação hipotética, bem como nas normas constitucionais e na jurisprudência do STF, analise, de forma fundamentada, as medidas adotadas pela CPI em contraponto às alegações apresentadas pelo investigado em sua ação.

Ao elaborar seu texto, desenvolva, necessariamente, os seguintes tópicos:

- poderes da CPI;
- possibilidade de determinação de busca e apreensão;
- questões relacionadas ao sigilo telefônico.

Extensão até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 05

Considere que a Igreja n.º 1, localizada na zona rural de determinado município do norte brasileiro, tenha alugado dois de seus imóveis para certa indústria moveleira, a KL Móveis Rústicos Ltda., sendo que os valores recebidos a título de aluguéis são destinados às finalidades essenciais da referida igreja.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija texto acerca da possibilidade de a Igreja n.º 1 gozar de imunidade relativa ao imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) quanto aos imóveis locados para KL Móveis Rústicos Ltda.

Extensão até 20 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
